

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 26/01/2023.

BRUNO DIAS SANTOS

SOB O ESPECTRO DA TRAIÇÃO:

frei Betto e a construção social da memória da ditadura militar brasileira

ASSIS

2021

BRUNO DIAS SANTOS

**SOB O ESPECTRO DA TRAIÇÃO:
frei Betto e a construção social da memória da ditadura militar brasileira**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador(a): Ricardo Gião Bortolotti

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S237s Santos, Bruno Dias
Sob o espectro da traição: frei Betto e a construção
social da memória da ditadura militar brasileira / Bruno Dias
Santos. Assis, 2021.
222 f.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Ricardo Gião Bortolotti

1. Betto, Frei, 1944-. 2. Ditadura. 3. Brasil - História -
1964-1985. I. Título.

CDD 981.06

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: SOB O ESPECTRO DA TRAIÇÃO: frei Betto e a construção social da memória da ditadura militar brasileira

AUTOR: BRUNO DIAS SANTOS

ORIENTADOR: RICARDO GIÃO BORTOLOTTI

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. RICARDO GIÃO BORTOLOTTI (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. MARCOS FRANCISCO NAPOLITANO DE EUGENIO (Participação Virtual)
Departamento de História / USP/São Paulo

Prof. Dr. MILTON CARLOS COSTA (Participação por Parecer Circunstanciado)
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. EDUARDO JOSÉ AFONSO (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. FERNANDO SELIPRANDY FERNANDES (Participação Virtual)
Rio de Janeiro-RJ / Fundação Biblioteca Nacional

Assis, 26 de janeiro de 2021

Aos meus pais, Gilberto e Nadir.

AGRADECIMENTOS

Poder agradecer aos colaboradores, instituições e amigos, depois de um árduo itinerário de muito trabalho, e algumas angústias, além de ser um momento de imensa alegria, é também a justa oportunidade para salientar que esta tese é o resultado de um esforço coletivo. Espero que, apesar da simplicidade, essas palavras consigam transmitir a gratidão e o carinho que tenho por todos aqueles que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Agradeço aos funcionários da biblioteca da UNESP/Assis e da Secretaria de Pós-Graduação pela gentileza com que sempre nos assistiram.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Gião Bortolotti, pela confiança com que aceitou assumir a complexa missão de orientar uma pesquisa já iniciada. Não há palavras capazes de retribuir a paciência e gentileza com as quais sempre me recebeu e a dedicação com que buscou enriquecer e qualificar este trabalho.

Ao professor Dr. Milton Carlos Costa, meu orientador durante o Mestrado e início do Doutorado, por sempre ter acreditado no meu trabalho e pela dedicação com que buscou contribuir para a pesquisa ao longo desses anos, especialmente, durante o exame de qualificação.

Ao professor Dr. Marcos Napolitano, pela participação no exame de qualificação; pelos apontamentos e sugestões que revelam uma leitura dedicada e generosidade para compartilhar sua experiência e grande conhecimento.

Muitas pessoas colaboraram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse realizado; peço desculpas àquelas que, por esquecimento, não foram mencionadas. De toda forma, gostaria de agradecer em particular alguns amigos queridos que foram fundamentais nesses anos de pesquisa e já fazem parte da minha história.

À minha esposa Renata pelo carinho, apoio e compreensão durante esse período de trabalho marcado por alguns momentos de ausência e muito desgaste emocional.

À Bruna Almeida pelo trabalho dedicado, paciente e generoso.

A Edmar Lourenço da Silva pela amizade que compartilhamos desde o início da graduação; pela generosidade com que sempre me ensinou muito sobre a vida e a História, mesmo sem perceber; pela paciência com que várias vezes me hospedou em sua casa para que eu pudesse frequentar as disciplinas da pós-graduação. Assim como já disse anos atrás, não existem palavras que possam expressar com justeza minha gratidão a este amigo, que já considero um irmão.

A Charles Nascimento de Sá pela amizade e convivência durante esses anos de Doutorado; pelas conversas que nesses últimos meses tanto me incentivaram e inspiraram.

Aos amigos Andrey Martin, Augusto Netto, Luís Gustavo Botaro, Luiz Karat e Renan Milanez Vieira pelo companheirismo durante os anos de pós-graduação, pelas conversas (nas quais rimos bastante, reclamamos um pouco e, ainda por cima, conseguimos aprender muito) e pelas cervejas (especialmente com o Botaro, na rodoviária de Londrina). A lembrança desses momentos é o que nos dá a certeza de que tudo o que vivemos nesse período valeu a pena.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

SANTOS, Bruno Dias. **Sob o espectro da traição**: frei Betto e a construção social da memória da ditadura militar brasileira. 2021. 222 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMO

Desde o golpe que depôs o presidente João Goulart, em 1964, as subsequentes transformações históricas pelas quais o Brasil passou têm acirrado as disputas em torno da hegemonia e, até mesmo, da influência no processo de construção da memória da ditadura militar. Nesse sentido, memorialistas dedicados ao tema foram impelidos a revisar suas narrativas sobre o regime autoritário, perante o risco de que seus discursos, com o passar do tempo, perdessem a funcionalidade política. Dessa forma, o estudo da obra memorialística de frei Betto apresenta-se como valiosa contribuição no perscrutar a historicidade e o caráter político dessa representação do passado. O religioso é um dos autores que persiste em reeditar suas lembranças do Estado de exceção e seu livro mais conhecido, *Batismo de Sangue*, ascende como referência para o debate acerca da memória dominante do período. Assim, por meio da análise das estratégias de convencimento e da comparação entre as interpretações da ditadura militar que o dominicano desenvolveu em seus cinco livros dedicados ao registro de suas reminiscências (publicados ao longo de quase quarenta anos), este trabalho buscou compreender de que maneira as variações conjunturais – especialmente aquelas que reportam ao processo de Abertura durante os anos 1980 até a Era Lula (2002-2010) – promoveram a emergência de novos projetos políticos que ensejaram uma luta pela remodelagem da memória do regime autoritário. Esse embate não se restringe ao tradicional eixo Direita-Esquerda e, estendendo-se também a memorialistas pertencentes ao mesmo espectro ideológico, apresenta-se como fundamental na demonstração do predomínio que o contexto da articulação discursiva exerce sobre a narrativa do passado, o que, portanto, corrobora a tese acerca do caráter histórico e dos usos políticos desse tipo de construção.

Palavras-chave: Memória. Frei Betto. Ditadura militar.

SANTOS, Bruno Dias. **Under the betrayal specter: frei Betto and the social construction of the memory of the Brazilian military dictatorship.** 222 p. Thesis. (Doctorate in History and Society). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences and Languages, Assis, 2021.

ABSTRACT

Since the 1964 coup d'état that deposed President Joao Goulart, the ensuing historical transformations that Brazil has undergone have deepened disputes over hegemony and even the influence over the process of building the memory of the military dictatorship. In this sense, memorialists dedicated to this issue were compelled to revise their narratives about the authoritarian regimen, due to the risk of their speeches, over time, would end up losing their political functionality. Thus, the study of frei Betto's memorialistic work presents itself as a valuable contribution in exploiting the historicity and the political character of that representation of the past. Frei Betto is one of the authors who is persistent in reissuing his memories about the state of exception and his most well-known book, *Batismo de Sangue*, rises as a reference on the debate around the dominant memory of the period. Therefore, by analyzing the strategies of convincement and comparing the interpretations of the military dictatorship developed by Frei Betto in his five books (issued over almost forty years), that were dedicated to register his reminiscences, this work has sought to understand how the juncture variations – mainly those referring to the Opening Process during from the 1980's to the Lula era (2002-2010) – promoted the emergency of new political projects that led to a fight in order to reshape the memory of the authoritarian regimen. That struggle is not restricted to the conventional left-right axis and, extending to memorialists belonging to the same ideological spectrum as well, it is fundamental in demonstrating the predominance that the context of discursive articulation exerts over the narrative of the past, which, accordingly, corroborates the thesis about the political character and the political uses of this type of construction.

KEYWORDS: Memory. Frei Betto. Military dictatorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 TEMPO PRESENTE: um cárcere entre o passado e o futuro.....	20
1.1 Frei Betto: um protagonista para o enredo.....	30
1.2 Correspondência do cárcere: a memória sob um olhar prospectivo.....	36
1.3 A caserna e a sacristia.....	40
1.4 O carisma e o poder.....	54
1.5 O pecado de Judas.....	66
2 1980: a política da verdade.....	72
2.1 Estratégias de convencimento.....	88
2.2 Princípio explicativo e teleologia.....	93
2.3 A verdade nos detalhes.....	99
2.4 O trabalho de humanização.....	101
2.5 Autoritarismo à brasileira: iludidos e privilegiados.....	112
2.6 A ditadura segundo Fernando Gabeira.....	115
2.7 A ditadura segundo Frei Betto.....	121
3 SÉCULO XXI: genealogia dos valores.....	138
3.1 Memória: tempo e paradigma.....	142
3.2 Caminho de Damasco.....	157
3.3 Ditadura: tradição autoritária.....	183
CONCLUSÃO.....	202
FONTES	208
REFERÊNCIAS.....	208

INTRODUÇÃO

Às vésperas de se completarem 55 anos desde o golpe civil-militar no Brasil, o porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, em entrevista coletiva, no dia 25 de março de 2019, foi indagado se eram reais as notícias de que o presidente Jair Messias Bolsonaro estaria estimulando a comemoração da data que se avizinhava. Antes mesmo de responder à questão, o representante do governo fez questão de afirmar que:

O presidente não considera trinta e um de março de 1964 golpe militar. Ele considera que a sociedade reunida e percebendo o perigo que o País estava vivenciando naquele momento, juntou-se civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso País num rumo que, salvo melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós teríamos um tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém. E o nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação a 31 de março de 1964, incluindo uma ordem do dia patrocinada pelo Ministério da Defesa que já foi aprovada pelo nosso presidente.¹

Dando prosseguimento, Barros confirmou que o presidente “determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação a 31 de março de 1964, incluindo uma ordem do dia”. Em resposta imediata, a Defensoria Pública da União (DPU) propôs à justiça federal, em Brasília – no dia 26 de março – uma Ação Civil Pública que visava impedir que “a UNIÃO pratique quaisquer atos inerentes à comemoração da implantação da Ditadura Militar, especialmente à utilização de quaisquer recursos públicos para realização de tais eventos, protegendo o erário e a moralidade administrativa.”² Passados três dias, a juíza Ivani Silva da Luz decidiu favoravelmente ao pedido e proibiu as comemorações.³ Entretanto, no dia 30 de março, a desembargadora Maria do Carmo Cardoso cassou a liminar.⁴

¹ BARROS, Otávio Rêgo. **Declaração à imprensa do senhor Porta-Voz, general Otávio Rêgo Barros - Brasília-DF**. [entrevista coletiva] Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/porta-voz/2019/declaracao-a-imprensa-do-senhor-porta-voz-general-otavio-rego-barros-brasilia-df-25-de-marco-de-2019-brasilia-df>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

² BRASIL. Defensoria pública da união. **Processo de Assistência Jurídica (PAJ) nº 2019/001-3517**. Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência. Brasília, DF, 26 de mar. de 2019. 19 p. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2019/03/1-inicial-acp-impedir-comemoracxxaxxo-ditadura.pdf>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

³ TASSY, Luiz Philippe. Juíza proíbe governo Bolsonaro de comemorar golpe de 1964. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/29/interna_politica,746271/juiza-proibe-governo-bolsonaro-de-comemorar-golpe-de-1964.shtml>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

⁴ ROSSI, Marina. Justiça suspende decisão que proibia Forças Armadas de celebrarem golpe de 1964. **El País**, Madri, 30 de mar. de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/politica/1553963400_195148.html>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

Amplamente noticiada pela imprensa⁵, a ordem do presidente provocou imediatas reações. Instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos/associações profissionais⁶ e o Instituto Vladimir Herzog publicaram notas de repúdio à iniciativa do chefe do poder executivo.

Em sua manifestação do dia 28 de março, a OAB afirmou:

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OAB SP, juntamente com a diretoria da Seccional, vem a público denunciar a postura do chefe do Poder Executivo, que afronta o Estado Democrático de Direito. Não podem a opinião pessoal e as idiosincrasias ideológicas do ocupante da Presidência servirem de pretexto para determinar que órgãos públicos comemorem a derrubada inconstitucional de um governo e festejem o regime que o sucedeu, responsável por graves atentados aos Direitos Humanos, como o assassinato ou o desaparecimento de 434 adversários políticos e mais de oito mil indígenas, além de várias dezenas de milhares de prisões ilegais, com parte expressiva dos presos submetidos a torturas, espancamentos e execuções realizadas por órgãos do Estado. Não pode haver glória se não há nenhuma honra na atuação de membros das Forças Armadas e das polícias perpetrando as mais repulsivas formas de violência contra brasileiras e brasileiros, de modo geral, indefesos.⁷

No mesmo dia, a nota publicada pelo Instituto Vladimir Herzog, defendia que:

A atitude de Bolsonaro é totalmente incompatível com o Estado Democrático de Direito e fere frontalmente o direito à memória e à verdade – previsto na Constituição de 1988. Festejar o golpe de 64 e os anos do regime militar é relativizar a gravidade dos atos cometidos durante esse período sombrio, marcado por violência, autoritarismo, corrupção e gravíssimas violações de direitos humanos perpetradas contra cidadãos em todo o país.

[...] Isso nos mostra, de forma preocupante, que a tarefa de consolidar a democracia no Brasil ainda está incompleta e é indissociável da necessidade de se garantir o direito à justiça, à memória e à verdade a todos que sofreram com as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura.⁸

⁵ FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo. Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz. **Folha de S. Paulo** (Online), São Paulo, 25 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

SANTA RITA, Bruno; KAFRUNI, Simone; SOUZA, Renato. Bolsonaro recomendou 'devidas comemorações' do golpe de 1964, diz Porta-Voz. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/25/interna_politica,745271/bolsonaro-recomendou-devidas-comemoracoes-do-golpe-de-1964-diz-port.shtml>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

⁶ ANPUH-BRASIL. **Nota da ANPUH-BRASIL contra a orientação da Presidência da República a respeito das “comemorações” do golpe de 1964**. São Paulo, 1 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5141-nota-da-anpuh-brasil-contra-a-orientacao-da-presidencia-da-republica-a-respeito-das-comemoracoes-do-golpe-de-1964>>. Acesso em: 7 de abr. de 2019.

⁷ OAB-SP. **OAB SP repudia comemoração do golpe de 1964**. São Paulo, 28 de mar. de 2019. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2019/03/oab-sp-repudia-comemoracao-do-golpe-de-1964.12881>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

⁸ INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Instituto Vladimir Herzog repudia comemorações ao golpe de 64**. São Paulo, 28 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/nota-oficial-instituto-vladimir-herzog-repudia-comemoracoes-ao-golpe-de-64/>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

No dia seguinte, o jornalista Jamil Chade noticiou que, por meio de um documento “enviado em caráter confidencial”, a OAB e o Instituto Vladimir Herzog denunciaram o presidente Bolsonaro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) por incitar a comemoração do golpe de 1964. Chade destaca:

[...] as entidades alertam que existe uma ‘tentativa de modificar a narrativa do golpe de estado de 31 de março de 1964 no Brasil’ e que isso ocorreria por meio de “instruções diretas do gabinete do presidente, desconsiderando as atrocidades cometidas”.

[...] Tanto a OAB como o Instituto Herzog consideram que tais atos “cometidos no mais alto nível do Estado são violações dos direitos humanos e do direito humanitário”. A carta ainda aponta que usar o cargo para defender e comemorar tais atrocidades constitui “uma violação dos tratados aos quais o Brasil passou a fazer parte depois de retornar à democracia”.⁹

Apesar da notável animosidade que caracterizou esse episódio recente – fruto do contexto de extrema polarização política vivido no Brasil desde as manifestações de junho de 2013 – debates como esse, sobre qual seria a memória legítima para ser divulgada e comemorada figuram nos meios de comunicação desde o início do processo de redemocratização e se intensificaram após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Na história recente do Brasil, especialmente após o advento do século XXI, através de suas manifestações de insatisfação com a memória liberal-conservadora – que desde o término do regime exerce uma hegemonia nesse campo e influencia a política de reparação do Estado brasileiro – os militares consagraram a interpretação segundo a qual, tendo vencido as esquerdas nas armas, eles foram derrotados na luta pela construção da narrativa sobre esse passado. Assim, segundo o ex-ministro Jarbas Passarinho, a versão dominante seria a da “história reescrita pelos vencidos”.¹⁰

Essa interpretação da construção da memória como uma simples reedição do enfrentamento entre militares e militantes de esquerda no contexto da Luta Armada ganhou cada vez mais solidez à medida que uma profusão de autobiografias de ex-militantes ganhou espaço no mercado editorial e novas manifestações da insatisfação militar com a memória do regime vieram a público.

⁹ CHADE, Jamil. **OAB denuncia Bolsonaro na ONU por recomendação sobre 1964**. Genebra, 29 de mar. de 2019. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/oab-denuncia-bolsonaro-na-onu-por-recomendacao-sobre-64/?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

¹⁰ PASSARINHO, Jarbas. Réquiem em vez de ação de graças. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 123, n. 39858, 03 de dez. de 2002. Espaço Aberto, p. A2. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20021203-39858-spo-2-opi-a2-not>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

O historiador Marcos Napolitano, em seu livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, narra alguns episódios em que a insatisfação militar com a evocação desse passado pela imprensa provocou a quebra, ainda que momentânea, do silêncio autoimposto pelos homens da caserna. Dois exemplos, em especial, demonstram como essa interpretação é recorrentemente reavivada. O primeiro decorreu da publicação pelo *Correio Braziliense*, em 2004, de fotos que até então acreditava-se serem do jornalista Vladimir Herzog, pouco antes de ser assassinado na prisão.¹¹

A reação militar se deu através de uma nota oficial do Centro de Comunicação Social do Exército, do dia 18 de outubro de 2004. Nela, se defende que em 1964, com o apoio de amplos setores da sociedade civil, as forças armadas, atenderam a um clamor popular, integrando uma “força de pacificação” para salvar o país do golpe arquitetado pelo movimento comunista internacional, garantindo o seu desenvolvimento econômico e social. Conforme esse discurso, as medidas de repressão adotadas durante o governo militar, inclusive a criação de órgãos como o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), seriam uma resposta legítima ao radicalismo das esquerdas armadas. A nota também questiona a veracidade das denúncias dos assassinatos nessas operações; para isso, argumenta que não existem documentos que as comprovem. Por fim, defende que as forças armadas se mantêm fiéis ao “espírito da Lei de Anistia”:

[...] cujo objetivo foi proporcionar ao nosso país um ambiente pacífico e ordeiro, propício para a consolidação da democracia e ao nosso desenvolvimento, livre de ressentimentos e capaz de inibir a reabertura de feridas que precisam ser, definitivamente, cicatrizadas. Por esse motivo considera os fatos como parte da história do Brasil.

Mesmo sem qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico, considera ação pequena reavivar revanchismos ou estimular discussões estéreis sobre conjunturas passadas, que a nada conduzem.¹²

Diante do desconforto causado pelo tom taxativo assumido na nota, ao se tratar de temas tão delicados como o das mortes de ex-militantes, o general de Exército Francisco Roberto de Albuquerque publicou, no dia seguinte, uma nota de retratação em nome da instituição.

¹¹ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 328.

¹² CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Nota oficial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 84, n.27593, 19 de out. de 2004. p. A8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16234&keyword=centro&anchor=5191621&origem=busca&pd=097eccc5c5398d0456bdf5ae51599d8>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

O Exército Brasileiro é uma instituição que prima pela consolidação do poder da democracia brasileira.

O Exército lamenta a morte do jornalista Vladimir Herzog. Cumpre lembrar que, à época, este fato foi um dos motivadores do afastamento do comandante militar da área, por determinação do presidente Geisel.

Portanto, para o bem da democracia e comprometido com as leis do nosso país, o Exército não quer ficar reavivando fatos de um passado trágico que ocorreram no Brasil.

Entendo que a forma pela qual esse assunto foi abordado não foi apropriada, e que somente a ausência de uma discussão interna mais profunda sobre o tema pôde fazer com que uma nota do Centro de Comunicação Social do Exército não condizente com o momento histórico atual fosse publicada.

Reitero ao senhor presidente da República e ao senhor Ministro da Defesa a convicção de que o Exército não foge aos seus compromissos de fortalecimento da democracia brasileira.¹³

Apesar do tom apaziguador, observa-se que a mensagem almeja uma retratação por considerar inadequada a forma – não o conteúdo – como o assunto foi abordado na nota do Centro de Comunicação Social do Exército; em nenhum momento ela se contrapõe às afirmações tecidas. O mais importante é notar que em ambas as manifestações se reconhece que a expressão da memória, seu esquecimento, ou mesmo, seu silenciamento, cumprem uma função política. Nesse caso, se expressa explicitamente que a consolidação da democracia como projeto político depende, *sine qua non*, da decisão firme dos “dois lados” dessa “batalha”, de não se reabrir “feridas que precisam ser, definitivamente, cicatrizadas”, evitando-se para isso que se reavivem “fatos de um passado trágico”.

O outro episódio exemplar desse reconhecimento da memória como instrumento político foi a reação militar à instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em novembro de 2011, conforme instituído pela lei 12.528.¹⁴ Em 12 de maio de 2012, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou o artigo “Lei do silêncio”, do general de Exército Rômulo Bini Pereira.

De maneira áspera, o general afirma que a instalação da CNV representava a quebra do pacto político pela “reconstrução democrática no Brasil”, selado pela lei da Anistia em 1979, após “muitos debates em amplos segmentos de nossa sociedade”. Segundo o militar, as forças armadas, desde então, cumpriram o acordo e “mantiveram-se em silêncio”. Mas diante da “tentativa de criar uma nova história” sobre o período, seria urgente que os chefes militares

¹³ ALBUQUERQUE, Francisco Roberto. Nota oficial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 84, n.27594, 20 de out. de 2004. p. A6. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16235&keyword=centro&anchor=5191676&origem=busca&pd=2cd48f674a0818d87039acd77837197b>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

¹⁴ BRASIL. **Decreto-lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

abandonassem o laconismo, ou seja, adotassem uma nova estratégia para prosseguir com a “batalha”. Nas palavras de Pereira:

Não se admite mais este silêncio reinante. Nas redes virtuais, pela simples leitura de manifestos e artigos oriundos da reserva de nossas forças singulares se percebe que estamos num ponto crítico. A nossa autoestima está em visível declínio, agravada por outros fatores, entre eles os baixos salários de nossos subordinados. Dissensões poderão surgir, por a reserva expressa um muito o pensamento dos soldados da ativa. [...] não é possível mais calar. A lei do silêncio deve ser quebrada!¹⁵

Episódios como esses sinalizam claramente que a memória é um instrumento político poderosíssimo, ao qual nenhum dos agentes sociais está disposto a renunciar para enfrentar as disputas inerentes a esse campo. O fato em si de eleger-se um porta-voz da “história verdadeira” é uma estratégia para se adquirir capital simbólico, fundamental na luta pela implementação de determinados projetos políticos.¹⁶ Não, por acaso, as manifestações recentes da OAB e do Instituto Vladimir Herzog, mencionadas anteriormente, também fazem questão de afirmar que evocar um tipo de reminiscência – neste caso específico, encarnada pela iniciativa do presidente de comemorar um golpe de Estado – ameaçaria a “já frágil transição democrática no Brasil” e atrapalharia a sua consolidação, por ignorar a necessidade “de se garantir o direito à justiça, à memória e à verdade a todos que sofreram com as violações de direitos humanos”.

Entretanto, a interpretação da construção da memória como uma batalha travada por agentes sociais que encarnariam dois lados diametralmente opostos, longe de representar a realidade, promove, na verdade, um ocultamento da pluralidade de maneiras de se lembrar de um mesmo passado. Ainda que compartilhassem a filiação a um espectro ideológico, ou até que tenham pertencido à mesma organização política, os memorialistas apresentam divergências significativas entre suas narrativas sobre experiências em comum.

A posição hegemônica à qual foi alçada uma das versões sobre a ditadura militar em um período histórico determinando não significou a vitória de um dos supostos lados que teriam se enfrentado em uma “batalha” pela memória. Seu estabelecimento resultou, na realidade, de um processo complexo e não linear do qual a análise é mais elucidativa quanto à

¹⁵PEREIRA, Rômulo Bini. Lei do silêncio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 133, n. 43306, 12 de mai. de 2012. Espaço aberto, p. A2. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120512-43306-spo-2-opi-a2not/busca/lei+sil%C3%A2ncio>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

¹⁶A pertinência dos conceitos sociológicos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, para se refletir acerca dos discursos memorialísticos, é discutida no terceiro capítulo desta tese.

conjuntura político-social de sua consagração, do que simplesmente reveladora das táticas adotadas pelos agentes envolvidos, segundo uma lógica belicosa e dicotômica.

Dessa forma, observa-se que, assim como apontou Régine Robin, “o passado não é livre”.¹⁷ A historiadora ressalta que a saturação da memória ou a sua escassez – que se traduziria no esquecimento – são os indícios de que “[...] não há memória justa, nem reconciliação total com o passado. Há sempre ‘muito pouco’ e ‘muito’, em função das conjunturas e das versões afetando as grandes narrativas do passado.”¹⁸ Mesmo quando esse trabalho de escuta e conservação das reminiscências busca atender às necessidades individuais e coletivas de enfrentar os traumas provocados por experiências de violência – especialmente daquelas perpetradas por agentes do Estado –, dados os primeiros passos em direção ao “que seria no social o equivalente da perlaboração”¹⁹, ainda assim, se observam desvios e instrumentalizações.

Sem dúvida, ao se iniciar uma pesquisa sobre a memória em qualquer área do conhecimento, deve-se dedicar um imenso respeito ao caráter traumático que o ato de relembrar pode assumir na vida de qualquer pessoa, principalmente, aquelas atingidas por violências físicas, psíquicas e morais. Contudo, o reconhecimento do aspecto doloroso não deve impedir a sua reconhecimento em função de ter sido expressa e tornada pública, seja pelos meios que forem. Interessa observar essa ação não apenas como faculdade psíquica, inerente ao ser humano; mas, acima de tudo, como uma construção discursiva enredada em interesses político-sociais.

Um dos interesses mais elementares de qualquer discurso é o convencimento de seu interlocutor. Curiosamente, por ser considerado óbvio, as estratégias para alcançá-lo, muitas vezes, não são devidamente analisadas. Dessa forma, essa atitude, no ato da comunicação, de coordenar recursos disponíveis, articulando-os às condições do contexto, para alcançar um determinado objetivo, revelam o que Michael Foucault denomina como “vontade de verdade”²⁰. Através dela, é possível conhecer não só as intenções de quem empreende o

¹⁷ ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 31.

¹⁸ Ibid, p. 37.

¹⁹ Ibid, p. 36.

²⁰ Segundo Foucault, existe um combate pela verdade: “[...] A verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. 2. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. p.49.

discurso, mas principalmente, os critérios de verossimilhança consagrados por uma determinada sociedade em um contexto histórico específico.

Dada a proximidade temporal entre o fim da ditadura militar brasileira e os dias atuais, não há dúvida, mesmo para o senso comum, do caráter político das memórias publicadas sobre o período; sejam as produzidas por aqueles que exerciam o poder e seus apoiadores, ou as que foram publicadas pelos opositores, especialmente, ex-militantes da luta armada de esquerda. O avanço nas pesquisas históricas demonstra que essas disputas e discordâncias não opunham apenas militares e ex-militantes, mas também os integrantes desses grupos.²¹

Dessa forma, a análise de obras memorialísticas, como as de frei Betto, é exercício bastante profícuo para se compreender o caráter político desse tipo de discurso. Através desse trabalho, é possível entender as estratégias adotadas pelo autor para munir sua narrativa acerca da ditadura militar brasileira e da luta armada de verossimilhança, sem que com isso se conteste a legitimidade dessa atitude.

Preso no Rio Grande do Sul, em 1969, por auxiliar perseguidos políticos a deixarem o país pela fronteira com o Uruguai e a Argentina e por colaborar com a organização liderada por Carlos Marighella, a Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Alberto Libânio Christo (o “frei Betto”) é um dos autores que desde a década de 1970 tem persistido na reedição e revisão de suas reminiscências.

A publicação recorrente de livros dedicados à memória em intervalos de até duas décadas tornou a obra memorialística de frei Betto uma fonte preciosa para perscrutar a historicidade da memória, pois, ela permite o raro exercício de se poder comparar as narrativas de um passado desenvolvidas por um mesmo autor em diferentes contextos. Embora essa metodologia de análise faça saltar aos olhos as rupturas, elas só podem ser devidamente compreendidas se cotejadas com os aspectos que permanecem. No caso específico da obra do dominicano, o que persiste, a despeito das mudanças conjunturais, é a função política que o autor atribui às suas reminiscências da ditadura militar.

Pessoalmente atingido pela derrota da luta armada, frei Betto buscou construir com a publicação de suas memórias uma ponte entre essa experiência de fracasso e os novos projetos políticos das esquerdas que emergiram nas conjunturas posteriores à Abertura. O dominicano narra os equívocos das organizações revolucionárias durante o regime autoritário, não como uma forma de desqualificar suas atitudes e seu ideário, mas sim como uma

²¹ Esse aspecto recebe uma abordagem aprofundada no segundo capítulo deste trabalho através da comparação entre as obras de frei Betto nos anos 1980 e o livro *O que é isso, companheiro?* do jornalista Fernando Gabeira.

instrução sobre os caminhos e descaminhos da vitória indispensável para a viabilização de novas agendas.

Assim, tanto os livros lançados em meio às agitações sindicais na região do ABC paulista e a euforia com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), quanto aqueles publicados após a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república – processos históricos nos quais frei Betto esteve diretamente envolvido – procuram ressaltar que o principal equívoco da luta armada e a causa de seu ocaso foi o isolamento social. Dessa forma, fica bastante claro que durante o período que abarca a publicação de sua obra memorialística persiste a aposta do autor na perspectiva de um partido operário de massa como meio através do qual as esquerdas poderiam chegar ao poder e viabilizar sua agenda política.

A obra memorialística de frei Betto pode ser analisada e periodizada com base na conjuntura de suas publicações. Dessa forma, podemos compreendê-la sistematicamente a partir de três blocos. O primeiro, relativo aos anos 1960/1970, é composto pelas obras que reproduzem as cartas que o frade escreveu na prisão; o segundo reúne aquelas lançadas no contexto da Abertura, nos anos 1980; e o terceiro, e último, é integrado pelos títulos da primeira década do século XXI.

Por meio desse procedimento e da comparação das narrativas de frei Betto – produzidas ao longo de quatro décadas – pode-se identificar alguns dos critérios que foram desenvolvidos pela sociedade brasileira, no período da redemocratização, para considerar verdadeiras determinadas memórias. Essa tarefa também permite vislumbrar os resultados do processo de revisão empreendido pelo autor para, a partir de diferentes contextos, selecionar o que seria mais importante lembrar, assim como, o que deveria ser esquecido para que sua versão sobre os fatos conservasse sua eficácia política.

No primeiro capítulo, se procura demonstrar como as cartas que frei Betto escreveu na prisão definiram as linhas gerais do que seria a sua escrita remanescente na posteridade. Assim, o conjunto dessas missivas – *Cartas da prisão: 1969 a 1973* (2008) – é analisado como um verdadeiro projeto memorialístico revelador de como o período de contestação da ação política do autor e sua percepção de que nos grandes jornais se construía, paulatinamente, uma narrativa – para ele, insatisfatória – sobre a luta armada e sobre o papel dos dominicanos no assassinato de Carlos Marighella, o levou a arquitetar as bases de um discurso para refutar a pecha de hereges, terroristas e traidores que se imputava aos frades presos.

A segunda seção versa sobre a inaugural e mais importante iniciativa de frei Betto para executar seu projeto memorialístico. Através da análise de *Batismo de Sangue* (1982), *O dia de Ângelo* (1985) e da comparação de sua interpretação da ditadura militar com a de Fernando Gabeira em *O que é isso, companheiro?* (1979), busca-se demonstrar como o contexto de hegemonia da memória liberal-conservadora e de extrema valorização do discurso testemunhal influenciou o autor nas escolhas das estratégias que deveriam ganhar maior destaque ou serem arrefecidas em função da construção das teses empreendidas pela sua versão. Sobretudo, se destaca a edificação de uma narrativa que estabeleça uma correspondência entre a reminiscência da morte de seu confrade Tito de Alencar Lima e os modelos hagiográficos do martírio cristão.

O terceiro e último capítulo aborda a revisão que frei Betto promove em sua memória da ditadura militar na primeira década do século XXI através de seus livros *Alfabetto: autobiografia escolar* e *Diário de Fernando: Nos cárceres da ditadura militar brasileira*. O período que marcou trajetória do dominicano pela passagem do estado de euforia ao de frustração com a tão sonhada ascensão de um partido operário de massa ao poder – com a eleição de Lula em 2002 – e pela emergência dos primeiros sinais de enfraquecimento da memória liberal-conservadora também registrou uma mudança significativa nas táticas adotadas pelo dominicano para que sua escrita memorialística preservasse sua funcionalidade política. Por meio da análise das estratégias de convencimento utilizadas e do cotejo das obras, procura-se compreender de que maneira o autor construiu uma verdadeira genealogia dos valores que advoga serem capazes de legitimar as atitudes que ele e seus confrades tomaram no passado. A narrativa do itinerário que teria dotado os dominicanos de seus princípios e paradigmas, não só justificaria seu apoio à luta armada, como também lhes teria dado a clarividência para enxergar que a ditadura instaurada em 1964 e sua prática mais abjeta, a tortura, não serviam a qualquer agenda política, exceto à retroalimentação do poder de seus artífices e a sua exibição hedonista perante seus opositores.

CONCLUSÃO

A análise histórica da edificação e revisão empreendida por frei Betto ao longo de quatro décadas de publicações de suas reminiscências da ditadura militar demonstra que, longe de serem o resultado de uma batalha narrativa entre militares e militantes opositores que reeditaria a diametral oposição entre Direita e Esquerda, as memórias do regime de exceção – quaisquer que sejam os seus níveis de aderência social (hegemônicas, subterrâneas etc.) – derivam, na verdade, de um processo de construção complexo e sinuoso marcado pela pluralidade de agentes e de disputas políticas.

A rara oportunidade de se comparar as versões da memória produzidas por uma mesma pessoa ao longo de um período de média duração permite compreender de que maneira o processo de construção de um discurso reminiscente – consciente e inconscientemente – estabelece um diálogo tácito entre seu autor e o contexto de sua articulação.

Assim, o propósito de se fazer uma história da memória, mais do que uma simples reconstituição de um suposto itinerário trilhado pelos memorialistas para vencerem a “batalha” contra seus adversários políticos e conquistarem seu espaço de escuta, significa perscrutar os critérios consagrados pelos grupos sociais em uma determinada conjuntura para que a memória sirva à realização de suas agendas políticas.

A história da memória da ditadura militar brasileira demonstra que essas imagens do passado são construídas coletivamente e enredadas pelas disputas políticas de seu contexto de edificação, e não produtos exclusivos da psique de cada indivíduo. Nos dois períodos nos quais frei Betto publicou suas reminiscências e que, não por acaso, balizaram os tempos fortes no processo de edificação dessa memória do regime de exceção (os anos 1980 e a primeira década do século XXI) fica evidente que as agendas políticas dos grupos sociais exerceram um papel decisivo para que as versões das reminiscências alcançassem diferentes níveis de aderência social.

A investigação para se entender a construção do discurso memorialístico de frei Betto na década de 1980 e, conseqüentemente, os motivos que fizeram com que, naquele período, a versão liberal-conservadora se tornasse hegemônica – por ela ser a interlocutora tácita da escrita do dominicano –, sobretudo, revela que esse posicionamento dominante (que influenciou na constituição de outras memórias) é a marca da confluência das demandas de grupos sociais pela diluição do caráter traumático daquela experiência ditatorial em nome de suas agendas

políticas em uma conjuntura de valorização do testemunho e atribuição de autoridade às vítimas para abordarem um passado violento.

Assim, o critério que definiu o nível de “escuta” oferecido a cada uma dessas representações do passado foi a sua maior ou menor potencialidade para promover uma conciliação política; apresentar o regime de exceção como uma imposição da qual a sociedade foi apenas vítima; e isolar em grupos privados os saudosismos em relação a atitudes extremas como as ações armadas da esquerda e as iniciativas autoritárias dos militares. Se essa constatação já é corrente para explicar o sucesso de *O que é isso, companheiro?*, da mesma forma, é preciso que se reconheça que ela é fundamental para compreender o processo de produção das outras versões da memória da ditadura, pois, estas nasceram, em grande parte, como instrumentos para combater ou tentar, ao menos, alterar essa visão do passado e, assim, viabilizar agendas políticas alternativas. Portanto, elas também são documentos que registram esse momento histórico.

Da mesma forma, o estudo da revisão que frei Betto empreendeu em suas memórias em um momento marcado pelo aumento significativo do questionamento das bases da memória liberal-conservadora (primeira década do século XXI), o que possibilitou a abertura de brechas no debate público para a manifestação pública de memórias saudosistas que, até então, permaneciam restritas a espaços privativos – embora não tenha sido suficiente para desbancá-la de sua posição hegemônica – revela que o desencadeamento desse processo de transformações no campo da memória resultou da emergência de novas agendas políticas, em grande parte, assumidas em razão da insatisfação para com os governos do PT, seja por parte daqueles que, como frei Betto, se decepcionaram com sua morosidade para pôr em prática pautas históricas da esquerda, ou de pessoas que por razões ideológicas se viam contrariadas com as sucessivas vitórias eleitorais de um partido de esquerda, seus programas sociais ou mesmo sua política de memória para o Estado brasileiro.

Observa-se que a historicidade de memórias como as de frei Betto é demonstrada não só por serem manifestações de um insatisfação ou, mesmo, recusa pelos usos do passado demandados para a viabilização da agenda política do país em determinada conjuntura, como, por exemplo, a conciliação aspirada no período de abertura, mas, também pela iniciativa, ainda que inconsciente, de empreender uma escrita compatível com os princípios que caracterizam o regime de memória contemporâneo, para que, assim, suas lembranças sejam críveis e possam ensejar agendas alternativas.

As estratégias de convencimento desenvolvidas por frei Betto no processo de construção e revisão de sua obra memorialística, como a humanização das personagens –

especialmente pela utilização da tipologia hagiográfica do martírio cristão para contar a história trágica de frei Tito –; a narrativa teleológica e fundada em um princípio explicativo; a apresentação abundante de detalhes para reformar o caráter testemunhal da escrita; o estabelecimento de uma genealogia dos valores; a adoção do modelo de conversão cristã; e a filiação a padrão de memória fundado em razão das experiências extremas do século XX, sobretudo em relação ao holocausto e à ocupação nazista demonstram que seu discurso reminiscente, em grande parte, foi produzido a partir de uma série de disposições internalizadas pelo autor para atender aos critérios de credibilidade adotados pela sociedade em determinadas conjunturas. Dessa forma, fica evidente que até mesmo as estratégias para se satisfazer o desejo mais básico que permeia a articulação de um discurso, ou seja, fazer o interlocutor acreditar na veracidade do que se diz, registra seu contexto histórico e interesses políticos.

A própria iniciativa de frei Betto de construir uma narrativa que atestasse a coerência de sua identidade diante da incompreensão que sua trajetória causava e, sobretudo, das acusações que, desde o tempo de prisão, como um espectro, rondavam sua imagem – terrorista, herege e traidor – é um aspecto que demonstra que suas memórias são tributárias de sua conjuntura de produção; pois, ao mesmo tempo em que a análise de sua autobiografia revela que essa foi a tentativa do autor de oferecer resposta a uma demanda social que fincava raízes no estranhamento historicamente construído pela versão liberal-conservadora, ao isolar a memória da luta armada, por considerá-la uma das faces do extremismo que deveria ser afastado, ela também revela que foram os valores que o dominicano acreditava serem socialmente preponderantes naquele período que serviram da base para a execução desse projeto.

No que concerne mais especificamente à memória de frei Betto, a análise de suas obras demonstrou que o contexto dos anos 1980, marcado pela extrema valorização do testemunho das vítimas de tempos violentos, transformou essa representação do passado em um importante instrumento de intervenção na discussão sobre os caminhos para a reconstrução da esquerda. Essa convicção de que o espectro político precisava passar por uma renovação se difundiu, em grande parte, por conta do processo de abertura desencadeado pelos militares, pois ele significava não só o seu retorno à caserna, como também uma reconfiguração do campo político brasileiro.

A análise das obras de frei Betto evidencia que sua confiança na potencialidade política da memória era tamanha que o autor manteve por quase trinta anos – a partir do lançamento de *Batismo de Sangue* – a convicção de que sua escrita reminiscente tinha

legitimidade e capacidade didática suficiente para demonstrar que a perspectiva de um partido operário de massa era a opção mais viável para que, em um futuro não tão distante, a esquerda pudesse governar o país e dar início à execução da agenda de “democratização da cidadania e da propriedade”, o que há algumas décadas, só por ser considerada por João Goulart para a condução do país, aglutinou golpistas “históricos” e “eventuais” para apeá-lo do poder.

No caso específico das obras de frei Betto da década de 1980, fica bastante claro que sua iniciativa de construir uma forma alternativa de lembrar a luta armada diante da hegemonia da versão liberal-conservadora sintetizada no livro de Fernando Gabeira *O que é isso, companheiro?*, além de buscar combater esta imagem do passado que, em sua visão, usou a tragédia vivida pelas organizações revolucionárias de maneira desrespeitosa à história dos que morreram, entre outras coisas, por seu tom irônico, para desqualificar integralmente suas atitudes, também procura defender a dignidade daquela experiência por conta dos valores nos quais acreditava que ela esteve embasada e dos ensinamentos que teria legado aos seus “herdeiros ideológicos”.

A análise da narrativa de frei Betto demonstra que ele aspirava poder edificar uma memória que reconhecesse os erros da luta armada não simplesmente para desvendar as causas de seu ocaso, mas para fazer deles fontes de uma lição histórica para a esquerda, sobretudo para o nascente Partido dos Trabalhadores.

Apesar de não ter se omitido em admitir que muitos foram os equívocos das organizações revolucionárias, frei Betto deixa clara sua convicção de que todos eles derivaram de um pecado maior: o isolamento das bases populares. Assim, as obras dedicadas a relembrar a dramática derrota da luta armada evidenciam o desejo do dominicano de que elas desempenhassem uma função didática. A missão delas seria demonstrar que a proximidade e o protagonismo da massa é condição *sine qua non* para que qualquer movimento que aspire uma transformação político-social, seja reformista ou revolucionário, possa alcançar êxito.

A memória da ditadura militar que frei Betto apresenta nos livros desse período corroboram essa tese, segundo a qual, ele aspirava que seu discurso reminescente cumprisse a função de auxiliar a reconstrução da esquerda e evidenciar o quanto era promissora e necessária a perspectiva de um partido operário de massa. A descrição do engendramento do regime de exceção como o resultado de um pacto das elites para frear a mobilização popular em torno de um projeto nacional de extensão da cidadania, de sua dissolução como o produto da negociação entre os poderosos de um novo arranjo estratégico que garantisse a manutenção de um ordem político-social excludente, assim como, daqueles que pegaram em armas para

combater a ditadura como heróis por suas vidas e mártires por suas mortes deixam clara a concepção do autor de que, apesar de dignas, as iniciativas da luta armada serviram, acima de tudo, para ensinar que o extenso concerto de forças conservadoras que historicamente subjuga o Estado brasileiro só poderia ser derrotado por uma grande e articulada coadunação da classe trabalhadora.

Mesmo em *Diário de Fernando*, que foi lançado posteriormente à chegada do PT ao poder, é perceptível a manutenção do uso político que frei Betto faz de suas memórias. Entretanto, se a iniciativa do dominicano nos anos 1980 utilizar-se das reminiscências da ditadura militar e dos erros da luta armada como instrumentos de demonstração da imprescindibilidade da mobilização popular para que a esquerda pudesse ser exitosa significou um investimento de capital simbólico – a autoridade do discurso testemunhal – na viabilização de um projeto político para o futuro, ou seja, uma demonstração de confiança na perspectiva de formação de um grande partido operário de massa. Na primeira década do século XXI, essa mesma atitude passou a cumprir uma nova função.

A análise da obra memorialística de frei Betto no século XXI demonstra que sua construção foi influenciada decisivamente por duas questões. A primeira diz respeito à percepção do autor de que o PT, depois de anos de muito trabalho para chegar ao poder, se mostrava vacilante na tarefa de pôr em prática as reformas estruturais que historicamente compunham a agenda da Esquerda. Já a segunda se refere à emergência, no debate público, de versões que buscavam equiparar os atos violentos da luta armada e do governo militar e daquelas que lembravam o período de maneira saudosa.

A insatisfação com a postura assumida pelo PT após ter chegado ao poder fez com que frei Betto utilizasse a revisão de suas lembranças da luta armada como uma oportunidade para, através do discurso reminiscente, advertir o partido de que distanciar-se das bases populares e de suas demandas significava incidir em um grande risco. Neste caso, o de perder sua identidade e, por consequência, seu capital político.

Mas, acima de tudo, a análise das obras demonstra que o autor defendeu assiduamente a existência de uma dívida histórica com aqueles que morreram nas mãos dos agentes da repressão. Assim, executar essa agenda histórica, como a reforma agrária, seria um imperativo da memória, do qual o PT não poderia se furtar.

Já no que concerne à segunda questão, o empenho de frei Betto para que a revisão de suas memórias nesse novo contexto pudesse combater os discursos nostálgicos e as tentativas de criar uma versão brasileira da “teoria dos dois demônios” fica bastante evidente ao se observar que sua narrativa buscou desfocar as particularidades da ditadura militar para que,

dessa forma, pudesse dar maior ênfase a aspectos generalizantes. A análise das obras demonstra que o autor confiava na perspectiva de que essa estratégia seria suficientemente capaz de desnudar uma relação de continuidade e paridade entre os regimes ditatoriais do século XX. Assim, ele pretendia comprovar que o Estado de exceção imposto ao Brasil naquele período constituía a encarnação de uma verdadeira tradição autoritária. Outra tática fundamental foi construir uma genealogia dos valores que teriam movido parte da Esquerda para a luta armada.

A versão segundo a qual, diante da gravidade do contexto, o controverso caminho da violência revolucionária se apresentou como legítimo devido aos princípios nos quais se embasava – fixados desde a infância, por meio de espaços legítimos de formação como a família, a Igreja e a escola – foi apresentada por frei Betto em contraste com sua abordagem da tortura, por considerar essa prática o exemplo máximo da torpeza dos reais objetivos da ditadura militar. Assim, ao insistir que, ao contrário de serem instrumentalizadas por peritos das forças de segurança para desbaratar organizações terroristas, as sevícias serviam apenas como exibição hedonista de poder. O dominicano buscou deixar clara, segundo sua visão, a superioridade moral da luta armada em relação às ações repressivas dos agentes do governo, além de desmentir a existência de qualquer motivação nobre que pudesse justificar a menção honrosa e saudosa dessas atividades.

Dessa forma, se conclui que a obra memorialística de frei Betto, acima de tudo, é uma fonte valiosa para se perscrutar as disputas e funcionalidades que permearam a história da memória da ditadura militar brasileira durante as décadas de sua produção e revisão. O resultado de sua análise revela, mormente, que essas imagens do passado marcam somente uma parte de um processo longo, complexo e contínuo e que, de maneira nenhuma, elas podem ser reduzidas à condição de produtos acabados e perenes que teriam nascido de uma batalha entre dois polos políticos.

FONTES

BETTO, frei. **Alfabetto** – Autobiografia escolar. São Paulo: Editora Ática, 2002.

_____. **Batismo de sangue**: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cartas da prisão, 1969 a 1973**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. **Diário de Fernando**: nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

_____. **O dia de Ângelo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REFERÊNCIAS

Periódicos e publicações online:

“FREI” ajudava terroristas a fugir. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.019, 13 de nov. de 1969. p. 7. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691113-29019-nac-0007-999-7-not/busca/Frei+Beto>. Acesso em: 1 de nov. de 2018.

A PARTIR do próximo domingo começam as mudanças na missa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.774, 27 de nov. de 1969. p. 15. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3490&keyword=Beto&anchor=5173207&origem=busca&pd=409140dfcbdb8dfb8868029227d11d65>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto. Nota oficial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 84, n.27594, 20 de out. de 2004. p. A6. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16235&keyword=centro&anchor=5191676&origem=busca&pd=2cd48f674a0818d87039acd77837197b>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

ANPUH-BRASIL. **Nota da ANPUH-BRASIL contra a orientação da Presidência da República a respeito das “comemorações” do golpe de 1964**. São Paulo, 1 de abr. de 2019. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5141-nota-da-anpuh-brasil-contr-a-orientacao-da-presidencia-da-republica-a-respeito-das-comemoracoes-do-golpe-de-1964>. Acesso em: 7 de abr. de 2019.

APREENDIDAS armas no RGS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.765, 18 de nov. de 1969. p. 5. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3481&keyword=Beto&anchor=5172846&origem=busca&pd=17d2e53f4817916b2c83e7f46bd2b0f3>. Acesso em: 21 de set. de 2018.

AS ALTERAÇÕES principais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.774, 27 de nov. de 1969. P. 15. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3490&keyword=Beto&anchor=5173207&origem=busca&pd=409140dfcbdb8dfb8868029227d11d65>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

AUTORIDADES esperam que Igreja condene frades. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 183, 7 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.13. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691107&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 2 de set. de 2018.

BARROS, Otávio Rêgo. **Declaração à imprensa do senhor Porta-Voz, general Otávio Rêgo Barros - Brasília-DF**. [entrevista coletiva] Brasília, 2019. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/porta-voz/2019/declaracao-a-imprensa-do-senhor-porta-voz-general-otavio-rego-barros-brasilia-df-25-de-marco-de-2019-brasilia-df>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

BRASIL. Defensoria pública da união. **Processo de Assistência Jurídica (PAJ) nº 2019/001-3517**. Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência. Brasília, DF, 26 de mar. de 2019. 19 p. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2019/03/1-inicial-acp-impedir-comemoracxxaxxo-ditadura.pdf>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

CARDEAL afirma que é difícil frei Beto provar inocência. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 192, 18 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.16. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691118&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 11 de set. de 2018.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Nota oficial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 84, n.27593, 19 de out. de 2004. p. A8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16234&keyword=centro&anchor=5191621&origem=busca&pd=097eccc5c5398d0456bdf5ae51599d8>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

CHADE, Jamil. **OAB denuncia Bolsonaro na ONU por recomendação sobre 1964**. Genebra, 29 de mar. de 2019. Disponível em: <
<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/oab-denuncia-bolsonaro-na-onu-por-recomendacao-sobre-64/>>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

CHARBONNEAU, Paul-Eugéne. A Igreja: renovada ou acabada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.770, 23 de nov. de 1969. 8º Caderno folha ilustrada, p.73. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3486&keyword=igreja%2CIgreja&anchor=5173095&origem=busca&pd=a81bc03c8547da2a2688164b9113fb0d>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mortos e Desaparecidos/
Heleny Ferreira Telles Guariba. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/heleny-ferreira-telles-guariba>. Acesso em 18 de abr. de 2019.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mortos e Desaparecidos/ **José Roberto Arantes de Almeida**. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/heleny-ferreira-telles-guariba>. Acesso em 18 de abr. de 2019.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mortos e Desaparecidos/ **Aurora Maria Nascimento Furtado**. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/heleny-ferreira-telles-guariba>. Acesso em 18 de abr. de 2019.

COMO a operação Bandeirante chegou a Marighela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.753, 6 de nov. de 1969. p. 12. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3469&keyword=Marighelas&anchor=5172384&origem=busca&pd=0b8e8ee87e4708173f00d9048c309301>. Acesso em: 23 de set. de 2018.

D. AGNELO pronuncia-se contra o terrorismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.758, 11 de nov. de 1969. p.5. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3474&keyword=Beto%2CFrei&anchor=5172576&origem=busca&pd=abc19a93bfaa2c9facdcd60b2136b673>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

D. CASTRO Pinto explica as crises na Igreja. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.753, 6 de nov. de 1969. p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3469&keyword=Marighelas&anchor=5172384&origem=busca&pd=0b8e8ee87e4708173f00d9048c309301>. Acesso em: 23 de set. de 2018.

DELEGADOS apoiam excomungados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.025, 20 de nov. de 1969. p.9. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691120-29025-nac-0009-999-9-not/busca/excomungados>. Acesso em: 7 de nov. de 2018.

DOMINICANO terrorista foi preso no Rio Grande do Sul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.758, 11 de nov. de 1969. p.5. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3474&keyword=Beto%2CFrei&anchor=5172576&origem=busca&pd=abc19a93bfaa2c9facdcd60b2136b673> Acesso em: 14 de set. de 2018.

FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo. Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz. **Folha de S. Paulo** (Online), São Paulo, 25 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

FREI BETTO diz que é só amigo de Lula. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XC, N. 14, 21 de abr. de 1980. 1º Caderno p.12. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19800422&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

FREI SECONDI em conferência cita como é o cristão ideal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 189, 14 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.7. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691114&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 8 de set. de 2018.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). **Constituição Dogmática Lumen Gaudium**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1964. Disponível em:

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 8 abr. 2019.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Clara Charf**. Projeto Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/clara-charf/>. Acesso em 18 de abr. de 2019.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Instituto Vladimir Herzog repudia comemorações ao golpe de 64**. São Paulo, 28 de mar. de 2019. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/nota-oficial-instituto-vladimir-herzog-repudia-comemoracoes-ao-golpe-de-64/>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

MARIGHELA morre metralhado em São Paulo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 181, 5 de nov. de 1969. 1º Caderno p.14. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691105&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 1 de set. de 2018.

MORTO o chefe terrorista Marighela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.752, 5 de nov. de 1969. p.1. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3468&keyword=Marighela&anchor=5172343&origem=busca>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

O BEIJO de Judas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 6 de nov. de 1969. Ano XLV, n13.345. p.1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=o+beijo+de+judas&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1960&anoSelecionado=1969&mesSelecionado=11> Acesso em: 8 de abr. de 2019.

O GEN. Paula Couto, na formatura do ECEME, adverte para o perigo da guerra revolucionária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.753, 6 de nov. de 1969. p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3469&keyword=Marighelas&anchor=5172384&origem=busca&pd=0b8e8ee87e4708173f00d9048c309301>. Acesso em: 23 de set. de 2018.

O SUBVERSIVO, dos versos ao terror. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 181, 5 de nov. de 1969. 1º Caderno p.14. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691105&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 1 de set. de 2018.

O TERROR acaba ou vai se unir? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.013, 6 de nov. de 1969. p. 24. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691106-29013-nac-0024-999-24-not/busca/Marighela>. Acesso em: 11 de nov. de 2018.

OAB-SP. **OAB SP repudia comemoração do golpe de 1964**. São Paulo, 28 de mar. de 2019. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/noticias/2019/03/oab-sp-repudia-comemoracao-do-golpe-de-1964.12881>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

PADRE Bezerra condena frades e livra a Igreja. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 190, 15 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.15. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691115&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 9 de set. de 2018.

PADRES levam Marighella à morte. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.012, 5 de nov. de 1969. p.14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691105-29012-nac-0014-999-14-not/busca/Marighella>. Acesso em: 10 de nov. de 2018.

PADRES levam Marighella à morte. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.012, 5 de nov. de 1969. p.14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691105-29012-nac-0014-999-14-not/busca/Marighella>. Acesso em: 10 de nov. de 2018.

PASSARINHO, Jarbas. Réquiem em vez de ação de graças. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 123, n. 39858, 03 de dez. de 2002. Espaço Aberto, p. A2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20021203-39858-spo-2-opi-a2-not>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

_____. Terroristas, torturadores e aproveitadores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 124, n. 40222, 02 de dez. de 2003. Espaço Aberto, p. A2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20031202-40222-spo-2-opi-a2-not>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

PEREIRA, Rômulo Bini. Lei do silêncio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 133, n. 43306, 12 de mai. de 2012. Espaço aberto, p. A2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120512-43306-spo-2-opi-a2not/busca/lei+sil%C3%A4Aancio>. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

POLÍCIA diz que frade ajudava subversivos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 184, 8 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.13. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691108&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 3 de set. de 2018.

POLÍCIA diz que frade ajudava subversivos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 184, 8 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.13. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691108&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 3 de set. de 2018.

POLÍCIA gaúcha afirma que frei Beto pediu até armas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 188, 13 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.16. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691113&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 7 de set. de 2018.

POLÍCIA gaúcha vai soltar 3 padres do grupo de frei Beto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 191, 19 de nov. de 1969. 1º Caderno, p.13. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691119&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

POLÍCIA muda de tática e greve se apoia na Igreja. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XC, N. 13, 21 de abr. de 1980. 1º Caderno p.4. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19800421&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

POLICIAIS procuram ex-deputado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 182, 6 de nov. de 1969. 1º Caderno p.15. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691106&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

REVELAÇÕES sobre as investigações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.754, 7 de nov. de 1969. p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3470&keyword=Frei&anchor=5172414&origem=busca&pd=ceac1211ad69369e2a12d504a55e1fba>. Acesso em: 24 de set. de 2018.

ROSSI, Marina. Justiça suspende decisão que proibia Forças Armadas de celebrarem golpe de 1964. **El País**, Madri, 30 de mar. de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/politica/1553963400_195148.html. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

SANTA RITA, Bruno; KAFRUNI, Simone; SOUZA, Renato. Bolsonaro recomendou 'devidas comemorações' do golpe de 1964, diz Porta-Voz. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 de mar. de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/25/interna_politica,745271/bolsonaro-recomendou-devidas-comemoracoes-do-golpe-de-1964-diz-port.shtml. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

SCHERER verbera a cumplicidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.023, 18 de nov. de 1969. p.52. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691118-29023-nac-0052-999-52-not/busca/Scherer>. Acesso em: 9 de nov. de 2018.

SECRETARIO fala no RGS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14.755, 8 de nov. de 1969. p. 9. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3471&keyword=Beto%2Cfrei&anchor=5172450&origem=busca&pd=70e207d65352e61d1d34f31c85e8257a>. Acesso em: 25 de set. de 2018.

TASSY, Luiz Philippe. Juíza proíbe governo Bolsonaro de comemorar golpe de 1964. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 de mar. de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/29/interna_politica,746271/juiza-proibe-governo-bolsonaro-de-comemorar-golpe-de-1964.shtml. Acesso em: 1 de abr. de 2019.

TERRORISTA prêso por acaso deu la. pista de Marighela. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, N. 182, 6 de nov. de 1969. 1º Caderno p.15. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691106&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 1 de set. de 2018.

Bibliografia:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. Carro zero e pau--de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: Schwarcz, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v.4.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMARAL, Roniere Ribeiro do. **Milagre político**: catolicismo da libertação. Brasília, 2006. 341 f. Tese (Doutorado em Sociologia da Religião). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Disponível em: < http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=271>. Acesso em 19 ago. 2012.

ANDRADE, Solange Ramos de. **O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)**. Maringá: Eduem, 2012.

ARQUEDIOCESE DE SÃO PAULO (Org.). **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. V.11, n.21, pp. 9-34, 1998. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 15 out. 2011.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2018.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961- 1964)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia - 1959-1965**. São Carlos, 2001. 463 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17092002-124007/pt-br.php>>. Acesso em: 13 de dez. 2018.

BETTO, frei. **A mosca azul** – Reflexão sobre o poder. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2006.

_____. **Calendário do poder**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2007.

BÍBLIA. Língua Portuguesa. **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. Tradução Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo**. Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1986.

_____. **Igreja: Carisma e Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____.; BOFF, Clodovís. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____.; BOFF, Clodovís; REGIDOR, José Ramos (Orgs.). **A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **A Benção de abril "Brasil, Urgente": Memória e Engajamento Católico no Brasil (1963-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Questões de sociologia**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de século edições, 2003.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CELAM. **Conclusões de Medellín**. 5. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Tradução Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro: Lisboa: Difel; Bertrand Brasil, 1990.

CODATO, Adriano Nervo. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 4-5, p. 55-87, 1995.

_____. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, p. 165-188, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074/5046>>. Acesso em: 12 de jul. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ay Dillon; CASTRO, Celso. (orgs.). **Visões do golpe**: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DE DECCA, Edgar. **1930**: O silêncio dos vencidos. 2.ed. São Paulo: brasiliense, 1984.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DREYFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EAKIN, Paul John. **Vivendo autobiograficamente**: a construção da identidade na narrativa. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____.; _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**: Historiografia e História. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

_____. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

_____.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O Tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____.; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (orgs.). **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Org. Manuel de Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize. **Frei Betto**: biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Companhia das letras, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

_____. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A ditadura encurralada**: o sacerdote e o feiticeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAVIÃO, Fabio Pires. **A “Esquerda Católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)**. Campinas, 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Política, Memória e Cidade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000414253&opt=4>> Acesso em: 21 ago. 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____.; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Tradução Álvaro Cunha. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Teologia da Libertação: perspectivas**. Tradução de Jorge Soares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HUYSEN, Andreas. **Política de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

IVERN, Francisco; BINGEMER, Maria Clara L. (orgs.). **Doutrina Social da Igreja e a Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEJAUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à internet**. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. 6. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil, (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

MARTINS, José de Souza. Primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica no Brasil – 1950. In. STEDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: Novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n55/a12v28n55.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira. 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOREIRA, Mariângela Ricardo Alves. **Opressão e libertação: a religião libertadora nas obras de frei Betto**. Goiânia, 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Departamento de Filosofia e Teologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1212>. Acesso em: 28 out. 2012.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. História, memória e disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e memória**. Assis, v. 9, n.1, p. 56-70, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/334/620>>. Acesso em: 21 de set. 2019.

_____. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo**, 2014, v. 10. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf>. Acesso em 21 de set. 2017.

MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e História**. Imprensa e construção da Realidade. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766/15637>>. Acesso em: 19 de abr. 2019.

_____. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. **Saeculum**: Revista de História, João Pessoa, v. 39, p. 205-218, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/40930/21670>>. Acesso em 19 de abr. 2019.

_____. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 68, p. 18-56, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/67794>>. Acesso em: 13 de abr. 2020.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antítese**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 09-44, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617/17356>>. Acesso em: 19 de abr. 2019.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n. 10, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 16 de nov. 2016.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. São Paulo, 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02062015-171603/publico/2015_LucasMonteiroDeOliveira_VCorr.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2019.

PAULA, Eder Coelho. **Leigos engajados na política**: um olhar interdisciplinar sobre a Juventude Estudantil Católica enquanto movimento social 1958-1966. Porto alegre, 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3825/1/000388949-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n.10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em 07 de out. 2016.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 06 de out. de 2016.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____.; _____. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____.; _____. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____.; _____. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Versões e Ficções**: O seqüestro da História. São Paulo: Editora fundação Perceus Abramo, 1997.

_____. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____.; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**: Partidos e Movimentos após os anos 1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____.; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). **Imagens da revolução**: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Tradução Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ROLLEMBERG, Denise. **Resistência**: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. (crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós. 1979

SALES, Jean Rodrigues. **A Ação Libertadora Nacional, a Revolução Cubana e a luta armada no Brasil**. Revista Tempo, Niterói, v. 14, n. 27, p. 199-217, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a13v1427.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2019.

_____. **A luta armada contra a Ditadura Militar**: A Esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANCTIS, Frei Antônio de. **Encíclicas e documentos sociais**: da “Rerum Novarum” a “Octogesima Adveniens”. São Paulo: LTR, 1972.

SANTOS, Bruno Dias. **De uma cultura política à Teologia da Liberação**: as cartas do cárcere de Frei Betto e a ditadura civil-militar no Brasil. Assis, 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124456/000836009.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 de fev. 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rose Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma**: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psicol. clin. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.65-82, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

SELIPRANDY, Fernando. **Imagens divergentes, “conciliação” histórica**: memória, melodrama e documentário nos filmes O que é isso companheiro? e Hércules 56. 2012. 230 f. Dissertação (Mestrado em História social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 57. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30082012-115331/pt-br.php>>. Acesso em: 25 de set. 2019.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogo nas sombras**: Bispos militares, tortura e justiça social na Ditadura. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Padres, Celibato e conflito social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 20, p. 60-69, mai./ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005>. Acesso em 1 de fev. 2019.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **O Tempo das Utopias**: religião e romantismo revolucionário no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990. Rio de Janeiro, 2013. 294 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://sistemas.uff.br/jspui/handle/1/233>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**: Memórias da guerrilha perdida, São Paulo: Global, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina. **21 Anos de regime militar: Balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)**. São Paulo, 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-123647/pt-br.php>>. Acesso em: 13 set. 2012.

_____. **Frades Dominicanos em Perdizes: Movimento de prática política nos anos de 1960 no Brasil**. São Paulo, 2003. 109 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

URBANO, Carlota Miranda. **Tipologias literárias do martírio na hagiografia**. As origens. Theologica. Braga. ISSN 0872-234X. Nº 41. 2ª série – Fasc. 2 p. 331-358, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13125/1/urbano.pdf>>. Acesso em: 27 de ago. 2019.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. **O Continente Pobre e Católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1969-1992)**. Campinas, 2012. 354 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000854655&fd=y>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

_____. **Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.